

## **APRESENTAÇÃO A PLATÃO E AS TEMPORALIDADES: A QUESTÃO METODOLÓGICA, DE HECTOR BENOIT**

APRESENTAÇÃO DO PROF. ARLEY MORENO AO LIVRO *PLATÃO E AS TEMPORALIDADES: A QUESTÃO METODOLÓGICA* (SÃO PAULO: ANNABLUME, 2015), DE HECTOR BENOIT

**Por Arley Moreno**

Com seu livro, o prof. Benoit enfrenta, no âmbito específico da história da filosofia, a ampla e secular questão de como compreender e explicar as obras humanas em sua especificidade simbólica. Isto é feito através de severa crítica à atitude cientificista vigente nessa área da filosofia e, também, através do método imanentista que Benoit propõe para a leitura e interpretação de textos – tomando como exemplo de sua aplicação os **Diálogos** de Platão.

Lembremos sumariamente este contexto mais amplo em que se situa o projeto de Benoit. Por um lado, trata-se de evitar a redução da análise e do estudo das obras humanas ao método das ciências da natureza, uma vez que estas obras comportam um aspecto simbólico específico, irreduzível aos métodos destas ciências. Será preciso, então, forjar outro método para compreender e explicar os fatos humanos que permita preservar a objetividade das análises – i.e., evitando que o investigador projete elementos subjetivos e culturais sobre aquilo que investiga. Toda a dificuldade, como sabemos, está em caracterizar, neste caso, a medida da objetividade – objetividade cujo sentido não corresponderá, sem dúvida, àquele vigente nas ciências da natureza. Os fatos naturais interessam ao cientista na medida em que possam ser reduzidos a relações quantificáveis e mecânicas de causalidade, pois isto basta para que sejam completamente explicados, ainda que

provisoriamente, por modelos segundo os critérios das respectivas teorias. Com esta redução metodológica, o cientista esgota a sua tarefa de explicar o mecanismo dos fatos naturais – e, caso tente fazer algo aquém ou, além disto, estará extrapolando o campo da atividade científica.

No caso dos fatos simbólicos, produtos do trabalho humano – como a obra de Platão – a dificuldade torna-se mais desafiadora, na medida em que o pesquisador estará sempre mais ou menos diretamente envolvido com os fatos que pretende explicar, por ser, ele próprio, um agente simbólico. Na verdade, o pesquisador quer explicar algo que ele compreende, i.e., o *sentido* do fato, e sabe que não poderá fazê-lo exclusivamente através de modelos quantitativos e causais – tal como nos mostra a recente história das diversas tentativas de formalização dos fatos humanos. Uma das lições da história das ciências parece ser que a explicação mecânico-causal e formalizada dos aspectos naturais dos fatos leva ao *conhecimento* provisório de *como são* os fatos, de seus processos e mecanismos – enquanto que o reconhecimento da natureza irreduzível do seu aspecto simbólico a esse modo de explicação leva, negativamente, à melhor *compreensão do sentido* que lhes atribuímos, a saber, do fato de *que existam* – o que não é um conhecimento de fatos.

Assim, a recente história das ciências humanas mostra as etapas de elaboração de métodos para garantir sempre mais objetividade para suas análises nos diferentes campos de estudo. As ciências sociais, em suas várias vertentes, elaboram métodos adaptados às respectivas áreas de atuação, como a sociologia, a antropologia, a ciência política, assim como a história e outras ciências ligadas aos fatos humanos na interface com as ciências naturais, tais como, p.ex., a lingüística e a psicologia. O estatuto de rigor e de objetividade alcançado por estas jovens ciências está diretamente relacionado com o maior grau de abstração formal dos métodos e conceitos

elaborados para compreender e preservar a especificidade simbólica de seus objetos de estudo: em todos os casos, trata-se, pelo menos idealmente, não apenas de *explicar o mecanismo* como, também, e, talvez, sobretudo, de *compreender o sentido* dos fatos estudados. Todavia, como sabemos, há frequentes tentativas de reduzir, ainda que inadvertidamente, relações internas de sentido a relações externas causais – o que leva às diversas nuances do positivismo, desde o mais ingênuo empirismo até as mais sofisticadas formas do empirismo lógico – como o atestam as incursões behavioristas extremadas na área da psicologia e inteligência artificial, assim como as incursões positivistas na área da filosofia da linguagem e dos sistemas simbólicos, e na ciência cognitiva. Ora, estas incursões também ocorrem na área da história da filosofia – e para evitá-las Benoit nos propõe um método de leitura e interpretação de textos.

A ideia deste método é, na verdade, muito simples – e, como frequentemente ocorre, a simplicidade nem sempre é o caminho mais fácil de ser trilhado por ser mais difícil de ser percebido. É incômodo notar o aspecto mais simples de uma situação devido, sobretudo, aos hábitos que desenvolvemos para justificar o que vemos. É como se a justificação, por vezes, encobrisse o olhar, desviando-o para outras paragens. A ideia central do método imanentista de Benoit consiste apenas em levar a sério a ordem material de exposição dos textos – a *ordem da lexis* – para nela colher as informações do autor a respeito de seu pensamento e de como situa a sua obra. Assim, o ponto importante para o método é salientar as ligações internas, de *sentido*, entre a *exposição linguística*, ou a ordem da *lexis*, a *construção* dessa ordem pelo autor, ou a ordem da *póiesis*, a organização e evolução de suas próprias *ideias*, ou a ordem da *nóiesis* e, finalmente, quando for o caso, as circunstâncias em que os textos surgiram, ou a ordem

da *gênesis* dos textos. Ao salientar a natureza interna das relações entre as diversas etapas de elaboração de uma obra simbólica, o método imanentista está descartando qualquer elemento externo – empírico e causal – ao objeto simbólico e ao pensamento do autor. Preserva, assim, a relação de *sentido* entre pensamento e obra, na leitura e interpretação dos textos.

Eis uma crítica penetrante e lúcida às diversas tendências em história da filosofia, tais como o historicismo, o sociologismo, o biografismo e, mesmo, o estruturalismo – cada uma, à sua maneira, fazendo intervir elementos exógenos aos textos e aplicando-os como critérios para a leitura e para a interpretação do pensamento do autor. De fato, basta um pequeno exercício de atenção à ordem da *lexis* para constatarmos várias informações importantes que colidem, frontalmente, com as interpretações tradicionais da obra de Platão, como nos mostra Benoit. Primeiro, a *autoria* dos Diálogos, segundo, a *doutrina* defendida pelo suposto autor e, terceiro, a *organização* dos Diálogos.

Em primeiro lugar, a *lexis* do discurso nos diálogos não fornece qualquer referência ao autor – o que era incomum em sua época. O personagem Platão é mencionado muito poucas vezes e em nenhuma que pudesse pretender maior relevo filosófico, quer por alguma fala sua nas discussões, quer por ser autor de alguma tese, e, até, uma menção é feita no **Fédon** a Platão, mas, para indicar apenas sua ausência na reunião, por motivo de doença.

Em segundo lugar, não há nenhuma indicação na *lexis* de que alguma doutrina esteja sendo defendida – p.ex., tal como geralmente é suposto, a teoria das ideias, criticada por Aristóteles na **Metafísica**, nem, tampouco, as diversas teses que lhe são posteriormente atribuídas pela tradição do neoplatonismo, tais como a ideia de Bem, a teoria da oposição entre conhecimento sensível e inteligível, a teoria da reminiscência, a teoria do real e a crítica da *mimesis*, etc.

Mostra-nos Benoit que a tradição chegada até nós de um Platão doutrinário solidificou-se a partir de autores neoplatônicos como Proclus que afirmava, em seus **Comentários**, a necessidade de se reter apenas os elementos mais nobres de um autor e desprezar os mais vis – como, no caso dos **Diálogos**, dever-se-ia desprezar a imitação e reter apenas a teoria filosófica do bem essencial. Ora, para contrastar com esta tradição, Benoit relembra a concepção contrária, vigente na Antiguidade, de um Platão antidogmático, cujo método dialético seria essencialmente negativo, a ponto de ter inspirado, segundo Sextus Empiricus, os discípulos da Nova Academia a desenvolverem uma concepção cética mais radical do que a dos próprios céticos – e, mesmo, segundo relato de Diógenes Laércio a respeito da afirmação de Teodósio, de que Platão teria sido um dos precursores do pirronismo. Com este contraste entre duas tradições de interpretação dos **Diálogos**, Benoit procura sublinhar que a concepção neoplatônica de Platão como um autor dogmático é, além de relativa, pelo menos, bastante problemática por não estar presente na *lexis* do discurso.

Nesta mesma direção, Benoit nos mostra também a ausência nos **Diálogos** de um narrador que estivesse expondo sua doutrina aos ouvintes, ou ao leitor. Mesmo nos diálogos qualificados como estritamente narrativos há sempre um ou vários interlocutores, mais ou menos velados, com quem dialoga o personagem principal. É o caso, p.ex., dos diálogos **Protágoras**, **Cármides** e, mesmo **A República** onde há, na verdade, interlocutores de Sócrates presentes, embora sejam mencionados apenas posteriormente no diálogo **Timeu**. Assim, o personagem principal dos diálogos nunca expõe suas ideias diretamente aos ouvintes, ou ao leitor do texto, mas, sempre dialoga aporeticamente com vários interlocutores, de maneira mais ou menos longa; o leitor é um dentre os vários ouvintes, e, sobretudo, nunca é o primeiro ou

o principal deles, pois a montagem das cenas é essencialmente dramática, i.e, há sempre várias vozes em jogo e em conflito. É isto que podemos ver na *lexis* dos diálogos, ao simplesmente olharmos para os textos.

Se respeitarmos as informações fornecidas na ordem da *lexis*, veremos, em terceiro lugar, uma datação *dramática*, interna aos **Diálogos**, que permite organizá-los sequencialmente com bastante precisão. Esta organização dramática dos diálogos é particularmente interessante para a perspectiva crítica de Benoit às concepções externalistas em história da filosofia. De fato, o diálogo que ocupa o lugar dramático inicial é **Parmênides**, cuja cena se passa em 450 a.C., e, somente cerca de dez anos após, no **Protágoras**, volta Sócrates à cena, entre 434-433, abrindo, então, um segundo momento na temporalidade dramática dos **Diálogos**. Ora, estudos de estilometria, desenvolvidos ao final do sc.XIX, permitem situar a gênese e elaboração do **Parmênides** na fase tardia da vida de Platão, atestando, assim, que não há coincidência entre a cronologia histórica da obra e aquela presente na *lexis*. Esta discrepância entre as diversas temporalidades da obra – sua gênese, seu acabamento, a articulação do pensamento do autor e sua expressão linguística – leva, geralmente, os historiadores da filosofia a dissociar as temporalidades e buscar critérios colhidos em cada uma delas para aplicá-los separadamente, e exclusivamente na interpretação da obra. Este procedimento conduz aos vários tipos de reducionismo externalista, desde as tendências positivistas até aquela que pretende ser uma crítica ao positivismo, mas que não deixa, também, de aplicar critérios externos à obra, para interpretá-la. De fato, ao lado do historicismo/sociologismo e do biografismo temos o estruturalismo, o qual pretende situar-se exclusivamente no interior do universo da obra, sem fazer referência a critérios externos, históricos, sociológicos ou psicológicos. Todavia, mostra Benoit, ao dissociar

explicitamente o “tempo lógico”, ou conceitual, e a temporalidade presente na *lexis*, por considerá-la arbitrária e fonte de informações externas ao universo conceitual da obra, o historiador estruturalista corre o risco de comportar-se como herdeiro do neoplatonismo, criando critérios de interpretação arbitrários e aplicando-os dogmaticamente. Um bom exemplo que nos oferece Benoit é o de V. Goldschmidt, quando este afirma procurar, nos movimentos internos do pensamento do autor, a unidade da doutrina supostamente defendida por Platão, a saber, do Bem-Um (cfr. **Questions Platoniciennes**, pág. 33).

Ora, ao aceitarmos o movimento do olhar a que nos convida Benoit, com o seu método, que consiste em considerar as informações presentes na *lexis* como fazendo parte de uma cronologia *constitutiva do sentido* da obra, e não meramente externas formando uma cronologia, poderemos falar, então, de uma *temporalidade*, i.e, uma sucessão de momentos *internamente* relacionados entre si. P.ex., as informações sobre os períodos históricos em que se passaram os encontros narrados nos diálogos não correspondem às cronologias genética e poiética da obra. Todavia, isto não as torna apenas recursos dramáticos ou literários, mera imitação do tempo físico, informações externas ao pensamento do autor. Pelo contrário, mostram materialmente na *lexis* o pensamento de Platão colocando, p.ex., o jovem Sócrates diante do sábio Parmênides para marcar o início da verdadeira “odisséia” que são os **Diálogos** em seu conjunto: a história filosófica de Sócrates, da juventude até a morte, e as questões com as quais se defrontou durante toda a vida, a saber, aquelas que foi incapaz de responder a Parmênides naquele primeiro encontro dramático. Que o diálogo **Parmênides** tenha sido redigido bem mais tarde na vida de Platão, indica a maneira como ele materializou na *lexis* o sentido dos **Diálogos** no interior de seu pensamento, já no período maduro de sua vida intelectual. A temporalidade da *lexis constitui* o sentido

da obra ao integrar as cronologias genética e poiética efetivas sob a forma de *temporalidades* do conceito.

Pelo contrário, ao separar e isolar as diversas cronologias, estaremos estabelecendo relações mecânicas ou causais entre elas – e, no caso do estruturalismo, segundo Benoit, reiteram-se procedimentos ancilares de homogeneização do aspecto vital da obra, à exemplo do neoplatonismo, ao aplicarem-se dogmaticamente critérios externos a ela, i.e., relativos ao pesquisador. Nestes casos, não teremos jamais temporalidades, mas, somente, cronologias. É contra esta concepção – que poderíamos também denominar de *cronologista* – que Benoit nos propõe o seu método imanentista: trata-se de integrar ao sentido da obra as suas cronologias efetivas sob a forma de temporalidades.

Assim, segundo o método imanentista de interpretação de textos, a temporalidade da *lexis* é o critério central para integrar as outras temporalidades ao sentido da obra, e, com isto, esclarecê-las. Estas deixarão de se opor reciprocamente, como ocorre quando são consideradas sucessões empíricas de eventos no tempo e no espaço físico, i.e., na sociedade, na época histórica, na vida pessoal do autor, nos períodos em que redigiu os textos e naqueles em que os corrigiu, etc. A temporalidade da *lexis* integrará naturalmente, na materialidade linguística do discurso, aquela da *nóesis*, ou o pensamento do autor, assim como integrará também a temporalidade da *póiesis*, os movimentos sucessivos de composição da *lexis*, por parte do autor, e de organização do seu pensamento. Neste caso, a cronologia efetiva de composição e de correção dos textos não será externa à organização do pensamento, como se fornecesse apenas meras datas históricas e pessoais, mas, indicará os movimentos do próprio pensamento na vida intelectual do autor e a sucessão de fases por que passou até o momento final da *lexis* – nos



casos, é claro, em que se tenha chegado a uma forma finalizada da *lexis*. No método imanentista, as datas cronológicas não serão aplicadas como critério para interpretar o sentido da obra aproximando-a de certas influências que porventura o autor tenha frequentado à época, e afastando-a de outras. Caso estas influências não tenham sido inscritas na *lexis*, aplicá-las na interpretação do sentido da obra e do pensamento do autor corresponde a introduzir elementos externos a eles. E, finalmente, a temporalidade genética também será interpretada à luz de sua presença na *lexis* – quando isto for possível, é claro – e, portanto, não como uma informação externa à obra, mas como parte constitutiva de seu sentido. P.ex., datações de manuscritos não serão aplicadas como critério para interpretar os textos, a não ser que elas estejam presentes na *lexis* do texto provisório ou definitivo que contenha o manuscrito, ou sua correção. Neste caso, a cronologia genética terá sido integrada à *lexis* como temporalidade pelo próprio autor, na qualidade de elemento do sentido – p.ex., para marcar uma mudança conceitual considerada importante entre o momento de sua gênese e o de sua forma atual no processo de *póiesis* – que pode não ser ainda o definitivo.

Assim, o sentido destas temporalidades será esclarecido internamente, pela remissão sucessiva de uma a outra, e não externamente, a partir de critérios tomados no interior das cronologias empíricas. Este método não pretende invalidar, certamente, a importância dos métodos externalistas, na medida em que estes fornecem dados úteis para inserir a obra nos diversos contextos materiais que são o seu solo de nascimento e desenvolvimento como obra empírica. O método internalista apenas situa adequadamente a natureza destes contextos evitando que seja feito com eles, inadvertidamente, o que, na verdade, se pretenderia evitar, a saber, introduzir elementos estranhos à obra para interpretá-la e compreendê-la. Para realizar este

projeto, aparentemente tão simples, será preciso, todavia, como vimos, perfazer o trajeto inverso ao da produção natural da obra, a saber, partir da disposição da *lexis* e remontar até a gênese através das temporalidades da *nóiesis* e da *póesis*. Em outros termos, será preciso apenas confiar na ordem da *lexis*, como ponto de partida.

Gostaríamos finalmente de acrescentar que, sendo a materialidade da *lexis constitutiva* do sentido das etapas da obra e da própria vida do autor, ela nos parece prescindir da remissão do sentido à instância de uma intencionalidade, da qual a *lexis* seria a mera exteriorização. De fato, basta olhar para o uso da linguagem presente na *lexis* para podermos apreender o sentido das diversas temporalidades por ela envolvidas e constituídas. O método imanentista permite, então, ir além na crítica ao externalismo, seja este positivista ou idealista. Eis um aspecto importante do contraste que assinalávamos inicialmente entre a tendência externalista nas ciências humanas presente na área da história da filosofia e a crítica imanentista que lhe é endereçada por Benoit em seu livro – crítica cuja abrangência pode atingir não apenas os diversos positivismos quanto outras formas de externalismo, como o formalismo, o mentalismo e as fenomenologias.

Ao longo do percurso metodológico e preparatório para a leitura imanentista dos **Diálogos**, Benoit nos dá vários exemplos da função integradora das temporalidades, a partir da *lexis*, com respeito aos elementos externos à obra filosófica. Um resultado da aplicação deste método aos textos de Platão é mostrar o aspecto sutil e profundo de sua obra – sobre o qual se tem passado ao largo – que é a peculiaridade de Platão no contexto da cultura grega da época. De fato, as técnicas de organização da *lexis* nos **Diálogos** são sempre colhidas das artes literária, dramática e poética – técnicas que, paradoxalmente, são criticadas por Platão por lançarem mão

de procedimentos de imitação. Paradoxo que leva Benoit a se perguntar se não seriam os **Diálogos**, ao invés de extensas narrações, ou exposições de teses para defender uma doutrina filosófica, muito mais “o grande esforço pelo qual a reflexão conceitual irrompe no interior da própria aparência?” – ou seja, uma reflexão conceitual e filosófica elaborada esteticamente, um gênero literário próximo a “uma espécie de romance filosófico, ou se quisermos, a uma ‘odisséia’ escrita por Platão”.

Na verdade, se uma obra criada pelo espírito humano faz parte da vida do seu autor, não é, certamente, a vida que dará sentido à obra, de seu exterior, mas, contrariamente, é a obra que dará sentido à sua vida. Em outros termos, não é a gênese empírica que permite compreender o sentido depositado na *lexis* final; pelo contrário, é este sentido nela depositado que permitirá ao leitor encontrar retroativamente o sentido da gênese, das transformações, assim como o sentido da organização gradual do pensamento do autor. Eis a revolução na maneira de olhar as obras a que nos convida o trabalho de Benoit. Sejam os atentos, pois, a este momento singular, **Os Diálogos**, em que emerge o conceito – envolto pelas imagens e tendo-as como *apoio*.